

DO REGRESSO DE D. JOÃO PARA LISBOA AO "FICO"

O ritmo do processo decisório na época da vela

Guilherme Mattos de Abreu*

Para os referenciais de nosso tempo, o hiato que separa o retorno de D. João VI para Lisboa e a Independência pode parecer longo. No entanto, é composto por períodos de extensa calmaria, entremeados por poucas fases de feéricas atividades de ação e reação, uma vez que o ritmo dos eventos era ditado pelas longas travessias oceânicas.

É fato que, se há uma característica que chama a atenção no estudo de nossa história, é de como os agentes portugueses, mesmo distantes da pátria e sem orientação superior, tomavam decisões em proveito de Portugal, fundamentados no que entendiam ser o interesse nacional. Tal característica está presente na dinâmica dos acontecimentos de 1821 a 1824⁽¹⁾, ainda que, no caso, tenham prevalecido os interesses do Brasil. Mas, de qualquer modo, o ritmo dos aconte-

cimentos seria ditado pelos caprichos de Éolo e Poseidon⁽²⁾, como era característico à época.

Como é sabido, a primeira década do século 19 seria palco de um evento inédito na história: a migração de um Estado europeu para uma colônia no continente americano, com profundos reflexos, tanto para Portugal quanto para o Brasil, além de configurar um logro para as pretensões napoleônicas no cenário europeu.

Junto à Monarquia portuguesa vieram substanciais segmentos da estrutura e do ordenamento estatal português, ainda que fossem criados organismos novos, que respondiam, por exemplo, às necessidades da administração das forças armadas – bastante expandidas se comparado com o aparato de defesa que se observava no



Partida da Rainha, aquarela de Jean Baptiste-Debret

Fonte: NYPL

período colonial – devendo ser considerado, também, os empreendimentos militares que levaram à ocupação da Guiana Francesa e à ocupação e incorporação da Banda Oriental do Uruguai (Cisplatina).

Com a queda de Napoleão e o movimento de restauração das monarquias absolutistas como consequência do Congresso de Viena, esperava-se, em Portugal, que D. Maria I, D. João e a Corte retornassem para Lisboa. Entretanto, o Príncipe Regente aspirava permanecer no Rio de Janeiro. De modo a viabilizar esta situação, não muito tempo após as notícias relacionadas ao Congresso chegarem da Europa, D. João elevou o Brasil a uma condição equivalente à de Portugal, ao formar o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 16 de dezembro de 1815.⁽³⁾

Para os comerciantes e fazendeiros brasileiros, passou a ocorrer o afrouxamento dos laços coloniais. Entretanto, os portugueses viviam uma situação diversa, em segundo plano, com o seu território sendo administrado por uma Junta sob controle de um militar britânico.

Em agosto de 1820 eclodiu a Revolução Liberal do Porto – movimento que se espalhou por todo o Portugal – tendo como fatos motivadores o “abrasileiramento” da Monarquia portuguesa e a demanda pela flexibilização do absolutismo. A Revolução, cuja gravidade somente se tornaria conhecida no Rio de Janeiro em meados de outubro, fomentou a instalação, em Lisboa, de uma Assembleia Nacional Constituinte denominada de “Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa”, com o propósito de instaurar uma monarquia constitucional, cujos trabalhos iniciaram-se em 24 de janeiro de 1821.

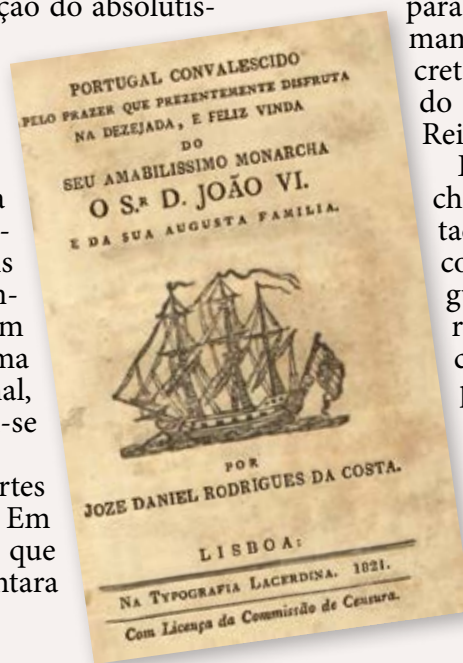
Ao longo do ano, as Cortes emitiriam vários decretos. Em 18 de fevereiro, determinou que o Príncipe D. Pedro de Alcântara



Sessão das Cortes de Lisboa, obra de Oscar Pereira da Silva (1922), que retrata o conflito entre Brasil e Portugal a respeito do futuro da colônia. Acervo: Museu Paulista da USP

retornasse a Lisboa, a pretexto de uma viagem de estudos à Espanha, França e Inglaterra, o que não seria obedecido. Por fim, a conjuntura conturbada provocou o retorno de D. João VI, que deixou o Rio de Janeiro em 25 de abril de 1821. Antes de partir, o Rei nomeou D. Pedro, seu primogênito, como Príncipe Regente do Reino do Brasil, pelo Decreto de 22 de abril de 1821. Nas instruções anexas ao Decreto, duplicou a estrutura governativa, estabelecendo um gabinete de ministros, que coadjuvava seu filho no governo do Reino do Brasil. Assim, enquanto os secretários de Estado que compunham a administração do Reino Unido eram transferidos para Portugal, o Rei determinava a manutenção do arcabouço destas secretarias no Rio de Janeiro, nomeando novos titulares para servirem ao Reino do Brasil.

Em 3 de julho de 1821, D. João VI chegou em Lisboa. Ali foi confrontado com a oposição dos radicais, contrários ao desembarque de alguns dos seus ministros “brasileiros”, juraria a nova Constituição e comprometer-se-ia a governar o país como soberano constitucional. Constrangimentos que, por



Obra impressa em Lisboa em 1821, para a solenidade de chegada de Dom João VI a Portugal

Fonte: BN Digital



Aclamação de Dom Pedro no Campo de Santana, aquarela de Jean-Baptiste Debret

Fonte: NYPL

certo, chegaram ao conhecimento de seu primogênito, por meio da relevante correspondência que expediria para o Príncipe Regente. Por fim, em 4 de novembro de 1821, presidiria a última sessão das Cortes.

O retorno do Rei não foi suficiente para moderar o viés liberal das Cortes – mas isto em Portugal. No que concerne ao Brasil, o discurso liberal não valia, pois havia empenho em se retornar ao quadro de subordinação política e econômica vigente até 1808.

A situação criada, fruto do acirramento das relações entre o Governo português e as Cortes e o estabelecimento de um governo autônomo no Brasil, geraria uma fratura nos laços coloniais, em pouco mais de um ano.

Em 29 de setembro de 1821, as Cortes decretam o regresso imediato de D. Pedro a Portugal. O decreto somente seria dado a conhecer ao Príncipe Regente em 9 de dezembro, com a chegada ao Rio de Janeiro do Brigue “Infante D. Sebastião”, trazendo a correspondência oficial. Este decreto determinando o retorno de D. Pedro atijaria as chamadas da insubordinação no Reino do Brasil.

Em 9 de janeiro de 1822, que ficou conhecido como o “Dia do Fico”, D. Pedro declarou que permaneceria no Brasil, apesar da determinação das Cortes para que retornasse a Lisboa. Em paralelo,

nomeou um novo Gabinete, sob a liderança de José Bonifácio de Andrada e Silva, que defendia a emancipação do Brasil sob uma monarquia constitucional.

A reação dos que pretendiam a volta à dependência colonial não tardou. Em 11 de janeiro, o Governador das Armas do Rio de Janeiro, Tenente-General Jorge de Avilez de Sousa Tavares, tentou ocupar com tropa portuguesa o Morro do Castelo, buscando compelir D. Pedro a obedecer às Cortes. O Gabinete mobilizou as milícias da cidade, fazendo as tropas portuguesas se retirarem para o outro lado da Baía de Guanabara, fixando-se na Vila Real da Praia Grande, hoje Niterói. D. Pedro, embarcado na Fragata “União”, liderou uma flotilha de canhoneiras, que bloqueou a Praia Grande e intimou o General Avilez a deixar o Brasil. Em 15 de fevereiro, Avilez e suas tropas retornaram a Portugal em sete navios-transporte, que foram escoltados pelas corvetas “Maria da Glória” e “Liberal”. Dois transportes conseguiriam burlar a escolta e demandar Salvador, reforçando a expressiva guarnição fiel às Cortes naquela cidade.

Desconhecendo o que se desenrolava no Rio de Janeiro, mas antevendo a necessidade de impor pela força a autoridade nacional, Lisboa enviou uma expedição com



“Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, digo ao povo que fico!”

Príncipe Regente D. Pedro, em 9 de janeiro de 1822



Pintura de Oscar Pereira da Silva (1922), que mostra o momento em que D. Pedro I, a bordo da Fragata "União", ordena ao oficial português Jorge de Avilez de Sousa Tavares que deixe o Brasil, após a sua fracassada rebelião

Acervo: Museu Paulista da USP

1.192 homens, comandada pelo Chefe de Divisão Maximiliano de Sousa e composta pela Nau "D. João VI", Fragata "Real Carolina", Corvetas "Princesa Real" e "Real Voador", Escunas "D. Maria Zeferina" e "Leopoldina", Charruas "Princesa Real", "Orestes", "Conde de Peniche" e "Sete de Março" e o navio mercante "Fénix". Mas sua chegada ao Rio de Janeiro, em 5 de março, já encontrou a cidade livre de tropas leais às Cortes portuguesas. Os navios permaneceram fundeados sob a mira da artilharia dos fortes e da Fragata "União" até 23 de março, quando Maximiliano recebeu ordem de regressar a Lisboa. Seguiria desfalcado da fragata, requisitada por D. Pedro, e de cerca de quatrocentos praças, que desembarcaram a convite de D. Pedro e passariam a servir na futura Marinha Imperial.

Os acontecimentos dos primeiros meses de 1822 no Reino do Brasil provocariam nova reação das Cortes, que determinaram a prisão de José Bonifácio e, mais uma vez, o retorno de D. Pedro a Lisboa. Ordens que chegariam ao Rio de Janeiro, entre os despachos trazidos pela

Corveta portuguesa "Três Corações", em 28 de agosto, e seriam retransmitidas a D. Pedro, então em São Paulo, em 7 de setembro. Entretanto, àquela altura, o pomo estava maduro e era hora de colhê-lo, antes que apodrecesse, como argumentou a Princesa D. Leopoldina, em carta a D. Pedro.⁽⁴⁾ Mas isto é uma outra história. ■

NOTAS

(1) A província Cisplatina seria o último bastião português a render-se aos brasileiros. As tropas portuguesas que ali lutaram fizeram vela para a Europa em 8 de março de 1824, sinalizando efetivamente o fim da Guerra da Independência.

(2) Na mitologia grega, respectivamente, deuses dos ventos e dos mares.

(3) O Congresso de Viena foi realizado entre 11 de novembro de 1814 e 9 de junho de 1815.

(4) "[...] Pedro, o Brasil está como um vulcão. Até no paço há revolucionários. Até oficiais das tropas são revolucionários. As Cortes Portuguesas ordenam vossa partida imediata, ameaçam-vos e humilham-vos. O Conselho de Estado aconselha-vos para ficar. [...] O Brasil será em vossas mãos um grande país. O

Brasil vos quer para seu monarca. Com vosso apoio ou sem vosso apoio, ele fará sua separação. O pomo está maduro, colhe-o já, senão apodrece." - S.M.I. a Imperatriz Dona Leopoldina, na qualidade de Regente interina do Reino do Brasil, em carta de 2 de setembro de 1822, que chegaria a D. Pedro no dia 7.

REFERÊNCIAS

Carvalho, Manuel Emílio Gomes de. Os deputados brasileiros nas Cortes Gerais de 1821. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

Cronologia Período Joanino. Dom João VI e a Biblioteca Nacional: o papel de um legado. Disponível: D João VI (bn.br). Acessado em 01DEZ2021.

No passado 3 de Julho de 1821. 3 de Julho de 2009, 0:00. Disponível: No passado 3 de Julho de 1821 | PÚBLICO (publico.pt). Acessado em 01DEZ2021.

SILVA, Carlos André Lopes da. A transmigração da Família Real para o Brasil e a Independência. In: ABREU, Guilherme (org.). Marinha do Brasil: uma síntese histórica. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018. p. 72-101.

* Contra-Almirante (RM1), Diretor do Centro de Estudos Estratégicos Marechal Cordeiro de Farias, da Escola Superior de Guerra. Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e colaborador do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha (CEPE-MB)